

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 06 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0010/2018

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.111.284/2016-1 de 25/10/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50782 - SEMOB

**EMENTA**

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO. RECURSO VOLUNTÁRIO. CONCESSIONÁRIA DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTE. PRÁTICA DE INFRAÇÃO PREVISTA EM LEI MUNICIPAL Nº 5.766/2013. IMPOSSIBILIDADE LEGAL DE CONHECIMENTO DO RECURSO. INTEMPESTIVO. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Requisitos de validade do recurso ficados no art. 71 da Lei nº 5.806 de 16 de abril de 2014. 2. Ausência de requisitos discriminados nos incisos I e II do dispositivo mencionado anteriormente. 3. Prazo de 30 dias para interposição do recurso de acordo com art. 13 da Lei 5.766 de 20 de dezembro de 2013, caracterizada a preclusão administrativa. 4. Contagem do prazo estabelecida no art. 76 da lei 5.806 de 16 de abril de 2014. 5. Inexistência de procuração nos autos, instrumento que autoriza a advogada a agir em nome do recorrente. 6. Homenagem aos princípios administrativos da legalidade, isonomia, segurança jurídica e proteção à confiança devem orientar os órgãos administrativos. 7. Poder de autotutela da Administração, não deve ser confundido com a possibilidade de conhecer recurso com essa característica. 8. Recurso não conhecido. Subsistência do auto de infração. Decisão de primeira instância ratificada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício do Senhor Carlos Roberto de C. Montenegro, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Helenise Aparecida L. de Souza Ferreira; 4. Carlos Roberto de C. Montenegro; 5. Pérciles Baicere Schimdt e 6. Roberto Minoru Ossotani.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr<sup>a</sup>. Thamiris de Oliveira Moraes.

Cuiabá, 09 de fevereiro de 2.018

*Carlos Roberto de C. Montenegro*

Presidente da Turma  
em exercício

*Marli de Paula Vilella*

Conselheira Relatora

*Helenise Aparecida L. de Souza Ferreira*

Presidente em exercício  
Conselho de Recursos Fiscais

*Thamiris de Oliveira Moraes*

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 06 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0011/2018

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.111.314/2016-1 de 25/10/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50778 - SEMOB

**EMENTA**

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO. RECURSO VOLUNTÁRIO. CONCESSIONÁRIA DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTE. PRÁTICA DE INFRAÇÃO PREVISTA EM LEI MUNICIPAL Nº 5.766/2013. IMPOSSIBILIDADE LEGAL DE CONHECIMENTO DO RECURSO. INTEMPESTIVO. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Requisitos de validade do recurso ficados no art. 71 da Lei nº 5.806 de 16 de abril de 2014. 2. Ausência de requisitos discriminados nos incisos I e II do dispositivo mencionado anteriormente. 3. Prazo de 30 dias para interposição do recurso de acordo com art. 13 da Lei 5.766 de 20 de dezembro de 2013, caracterizada a preclusão administrativa. 4. Contagem do prazo estabelecida no art. 76 da lei 5.806 de 16 de abril de 2014. 5. Inexistência de procuração nos autos, instrumento que autoriza a advogada a agir em nome do recorrente. 6. Homenagem aos princípios administrativos da legalidade, isonomia, segurança jurídica e proteção à confiança devem orientar os órgãos administrativos. 7. Poder de autotutela da Administração, não deve ser confundido com a possibilidade de conhecer recurso com essa característica. 8. Recurso não conhecido. Subsistência do auto de infração. Decisão de primeira instância ratificada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício do Senhor Carlos Roberto de C. Montenegro, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Helenise Aparecida L. de Souza Ferreira; 4. Carlos Roberto de C. Montenegro; 5. Péricles Baicere Schmidt e 6. Roberto Minoru Ossotani.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr<sup>a</sup>. Thamiris de Oliveira Moraes.

Cuiabá, 09 de fevereiro de 2.018

*Carlos Roberto de C. Montenegro*

Presidente da Turma  
em exercício

*Marli de Paula Vilella*

Conselheira Relatora

*Helenise Aparecida L. de Souza Ferreira*

Presidente em exercício  
Conselho de Recursos Fiscais

*Thamiris de Oliveira Moraes*

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 06 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0012/2018

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.111.286/2016-1 de 25/10/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50781 - SEMOB

**EMENTA**

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO. RECURSO VOLUNTÁRIO. CONCESSIONÁRIA DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTE. PRÁTICA DE INFRAÇÃO PREVISTA EM LEI MUNICIPAL Nº 5.766/2013. IMPOSSIBILIDADE LEGAL DE CONHECIMENTO DO RECURSO. INTEMPESTIVO. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Requisitos de validade do recurso ficados no art. 71 da Lei nº 5.806 de 16 de abril de 2014. 2. Ausência de requisitos discriminados nos incisos I e II do dispositivo mencionado anteriormente. 3. Prazo de 30 dias para interposição do recurso de acordo com art. 13 da Lei 5.766 de 20 de dezembro de 2013, caracterizada a preclusão administrativa. 4. Contagem do prazo estabelecida no art. 76 da lei 5.806 de 16 de abril de 2014. 5. Inexistência de procuração nos autos, instrumento que autoriza a advogada a agir em nome do recorrente. 6. Homenagem aos princípios administrativos da legalidade, isonomia, segurança jurídica e proteção à confiança devem orientar os órgãos administrativos. 7. Poder de autotutela da Administração, não deve ser confundido com a possibilidade de conhecer recurso com essa característica. 8. Recurso não conhecido. Subsistência do auto de infração. Decisão de primeira instância ratificada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício do Senhor Carlos Roberto de C. Montenegro, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Helenise Aparecida L. de Souza Ferreira; 4. Carlos Roberto de C. Montenegro; 5. Péricles Baicere Schimdt e 6. Roberto Minoru Ossotani.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Drª. Thamiris de Oliveira Moraes.

Cuiabá, 09 de fevereiro de 2.018

*Carlos Roberto de C. Montenegro*

Presidente da Turma  
em exercício

*Marli de Paula Vilella*

Conselheira Relatora

*Helenise Aparecida L. de Souza Ferreira*

Presidente em exercício  
Conselho de Recursos Fiscais

*Thamiris de Oliveira Moraes*

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 06 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0013/2018

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.111.271/2016-1 de 25/10/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50788 - SEMOB

**EMENTA**

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO. RECURSO VOLUNTÁRIO. CONCESSIONÁRIA DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTE. PRÁTICA DE INFRAÇÃO PREVISTA EM LEI MUNICIPAL Nº 5.766/2013. IMPOSSIBILIDADE LEGAL DE CONHECIMENTO DO RECURSO. INTEMPESTIVO. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Requisitos de validade do recurso ficados no art. 71 da Lei nº 5.806 de 16 de abril de 2014. 2. Ausência de requisitos discriminados nos incisos I e II do dispositivo mencionado anteriormente. 3. Prazo de 30 dias para interposição do recurso de acordo com art. 13 da Lei 5.766 de 20 de dezembro de 2013, caracterizada a preclusão administrativa. 4. Contagem do prazo estabelecida no art. 76 da lei 5.806 de 16 de abril de 2014. 5. Inexistência de procuração nos autos, instrumento que autoriza a advogada a agir em nome do recorrente. 6. Homenagem aos princípios administrativos da legalidade, isonomia, segurança jurídica e proteção à confiança devem orientar os órgãos administrativos. 7. Poder de autotutela da Administração, não deve ser confundido com a possibilidade de conhecer recurso com essa característica. 8. Recurso não conhecido. Subsistência do auto de infração. Decisão de primeira instância ratificada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício do Senhor Carlos Roberto de C. Montenegro, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Helenise Aparecida L. de Souza Ferreira; 4. Carlos Roberto de C. Montenegro; 5. Péricles Baicere Schmidt e 6. Roberto Minoru Ossotani.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr<sup>a</sup>. Thamiris de Oliveira Moraes.

Cuiabá, 09 de fevereiro de 2.018

*Carlos Roberto de C. Montenegro*

Presidente da Turma  
em exercício

*Marli de Paula Vilella*

Conselheira Relatora

*Helenise Aparecida L. de Souza Ferreira*

Presidente em exercício  
Conselho de Recursos Fiscais

*Thamiris de Oliveira Moraes*

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 07 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0014/2018

Conselheiro Relator: *Benedito Oscar Fernandes de Campos*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.011.104/2017-1 de 02/02/2017

Auto de Infração de Transporte nº 64379 - SEMOB

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO- MULTA TRANSPORTE COLETIVO LEI Nº 4.406/2003 – VEÍCULO CIRCULANDO SEM A PLACA LATERAL DE ITINERÁRIO - RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS – PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PRESENTES – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO – MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 64379. 1. Requisitos de existência e validade do auto de Infração presentes. 2. Preliminares não ofertadas. 3. Mérito desconexo e não comprovado, ausência de prova suficiente a demonstrar de maneira clarividente que o veículo possuía a fixação do itinerário das linhas na lateral do veículo conforme preconiza a legislação. 4. Aplicação da penalidade imposta em 50 UFIR's é proporcional ao dano causado, tendo como vínculo caráter educativo, sem infringir o princípio da legalidade. 5. Recurso conhecido e improvido mantendo inalterada a decisão de 1ª Instância e conseqüente a subsistência do Auto de Infração nº 64379.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mario Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior ; 3. Benedita Madaleno da Costa; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. João Tito S Cademartori Neto e 6. Reginaldo Conceição Amorim.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 09 de fevereiro de 2.018

*Luiz Mário Massad Gomes da Silva*  
Presidente da Turma

*Benedito Oscar Fernandes de Campos*  
Conselheiro Relator  
Presidente do Conselho

*Rober Caio Martins Ribeiro*  
Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 07 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0015/2018

Conselheiro Relator: *Benedito Oscar Fernandes de Campos*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.011.103/2017-1 de 02/02/2017

Auto de Infração de Transporte nº 64378 - SEMOB

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO- MULTA TRANSPORTE COLETIVO LEI Nº 5.766/2013 – DESCUMPRIMENTO NO HORÁRIO DO ITINERÁRIO - RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS – PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PRESENTES – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE – MANUTENÇÃO PARCIAL DA DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA – ALTERAÇÃO NA TIPIFICAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 64378 - LEI Nº 5.766/2013, ARTIGO 1º, INCISO II, ANEXO I, GRUPO V, CÓDIGO “A” ALTERADO PARA GRUPO III, CÓDIGO “E”. 1. Requisitos de existência e validade do auto de Infração presentes. 2. Preliminares não ofertadas. 3. Obrigatoriedade da administração pública em corrigir o enquadramento da tipificação legal, impondo ao autuado a infração ora cometida, com a vinculação pecuniária correta ao caso concreto; 4. Aplicação da penalidade imposta em R\$250,00 é proporcional ao dano causado, tendo como vínculo caráter educativo, sem infringir o princípio da legalidade. 5. Recurso conhecido e provido parcialmente com a conseqüente a alteração na tipificação do Auto de Infração nº 64378. 6. **Devendo o Recorrente recolher aos Cofres Públicos Municipais a quantia equivalente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) devidamente corrigidos.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mario Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter parcialmente o auto de infração **reformando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior ; 3. Benedita Madaleno da Costa; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. João Tito S Cademartori Neto e 6. Reginaldo Conceição Amorim.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 09 de fevereiro de 2.018

*Luiz Mário Massad Gomes da Silva*  
Presidente da Turma

*Benedito Oscar Fernandes de Campos*  
Conselheiro Relator  
Presidente do Conselho

*Rober Caio Martins Ribeiro*  
Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 07 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0016/2018

Conselheiro Relator: *Benedito Oscar Fernandes de Campos*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.011.100/2017-1 de 02/02/2017

Auto de Infração de Transporte nº 51151 - SEMOB

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO- MULTA TRANSPORTE COLETIVO LEI Nº 5.766/2013 – VEÍCULO SEM CONDIÇÕES DE SEGURANÇA - RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS – PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PRESENTES – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO – MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA – ALTERAÇÃO NA TIPIFICAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 51151 - LEI Nº 1.789/1981, ARTIGO 56, INCISO II C/C ARTIGO 58, §5º, CÓDIGO 401 PARA LEI Nº 5.766/2013, ARTIGO 1º, INCISO II, ANEXO I, GRUPO VIII, CÓDIGO “A”. 1. Requisitos de existência e validade do auto de Infração presentes. 2. Preliminares não ofertadas. 3. Obrigatoriedade da administração pública em corrigir o enquadramento da tipificação legal, impondo ao autuado a infração ora cometida, com a vinculação pecuniária correta ao caso concreto; 4. Aplicação da penalidade imposta em R\$1.000,00 é proporcional ao dano causado, tendo como vínculo caráter educativo, sem infringir o princípio da legalidade. 5. Recurso conhecido e desprovido com a conseqüente a alteração na tipificação do Auto de Infração nº 51151. 6. **Devendo o Recorrente recolher aos Cofres Públicos Municipais a quantia equivalente a R\$1.000,00 (hum mil reais) devidamente corrigidos.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mario Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator alterando o enquadramento da tipificação do auto de infração **reformando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior ; 3. Benedita Madaleno da Costa; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. João Tito S Cademartori Neto e 6. Reginaldo Conceição Amorim.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 09 de fevereiro de 2.018

*Luiz Mário Massad Gomes da Silva*  
Presidente da Turma

*Benedito Oscar Fernandes de Campos*  
Conselheiro Relator

*Rober Caio Martins Ribeiro*  
Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 07 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0017/2018

Conselheira Relatora: *Benedita Madaleno da Costa*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.110.289/2016-1 de 21/10/2016

Auto de Infração nº 51746 - SEMOB

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA POR VEÍCULO OPERAR DERRAMANDO LUBRIFICANTE EM VIA PÚBLICA – ARTIGO 1º, II C/C ARTIGO 2º, ANEXO I, GRUPO II, CÓDIGO “A” DA LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO –INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhida com as cominações legais.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior ; 3. Reginaldo Conceição Amorim; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. João Tito S Cademartori Neto e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 09 de fevereiro de 2.018

*Luiz Mário Massad G da Silva*  
Presidente da Turma

*Benedita Madaleno da Costa*  
Conselheira Relatora

*Benedito Oscar Fernandes de Campos*  
Presidente do Conselho

*Rober Caio Martins Ribeiro*  
Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 07 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0018/2018

Conselheira Relatora: *Benedita Madaleno da Costa*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.110.293/2016-1 de 21/10/2016

Auto de Infração nº 50777 - SEMOB

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA POR VEÍCULO OPERAR DERRAMANDO LUBRIFICANTE EM VIA PÚBLICA – ARTIGO 1º, II C/C ARTIGO 2º, ANEXO I, GRUPO II, CÓDIGO “A” DA LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO –INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhida com as cominações legais.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior ; 3. Reginaldo Conceição Amorim; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. João Tito S Cademartori Neto e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 09 de fevereiro de 2.018

*Luiz Mário Massad G da Silva*  
Presidente da Turma

*Benedita Madaleno da Costa*  
Conselheira Relatora

*Benedito Oscar Fernandes de Campos*  
Presidente do Conselho

*Rober Caio Martins Ribeiro*  
Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 07 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0019/2018

Conselheira Relatora: *Benedita Madaleno da Costa*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.110.314/2016-1 de 21/10/2016

Auto de Infração nº 64411 - SEMOB

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. DESCUMPRIR HORÁRIO DE VIAGEM PROGRAMADO PELA OSO PARA A LINHA – ARTIGO 1º, II C/C ANEXO I, GRUPO III, CÓDIGO “E” DA LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO –INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhida com as cominações legais.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior ; 3. Reginaldo Conceição Amorim; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. João Tito S Cademartori Neto e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 09 de fevereiro de 2.018

*Luiz Mário Massad G da Silva*  
Presidente da Turma

*Benedita Madaleno da Costa*  
Conselheira Relatora

*Benedito Oscar Fernandes de Campos*  
Presidente do Conselho

*Rober Caio Martins Ribeiro*  
Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 07 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0020/2018

Conselheira Relatora: *Benedita Madaleno da Costa*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.111.266/2016-1 de 25/10/2016

Auto de Infração nº 64405 - SEMOB

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. DESCUMPRIR HORÁRIO DE VIAGEM PROGRAMADO PELA OSO PARA A LINHA – ARTIGO 1º, II C/C ANEXO I, GRUPO III, CÓDIGO “E” DA LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO –INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhida com as cominações legais.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior ; 3. Reginaldo Conceição Amorim; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. João Tito S Cademartori Neto e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 09 de fevereiro de 2.018

*Luiz Mário Massad G da Silva*  
Presidente da Turma

*Benedita Madaleno da Costa*  
Conselheira Relatora

*Benedito Oscar Fernandes de Campos*  
Presidente do Conselho

*Rober Caio Martins Ribeiro*  
Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 07 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0021/2018

Conselheira Relatora: *Benedita Madaleno da Costa*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.111.265/2016-1 de 25/10/2016

Auto de Infração nº 64410 - SEMOB

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. DESCUMPRIR HORÁRIO DE VIAGEM PROGRAMADO PELA OSO PARA A LINHA – ARTIGO 1º, II C/C ANEXO I, GRUPO III, CÓDIGO “E” DA LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO –INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhida com as cominações legais.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior ; 3. Reginaldo Conceição Amorim; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. João Tito S Cademartori Neto e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 09 de fevereiro de 2.018

*Luiz Mário Massad G da Silva*  
Presidente da Turma

*Benedita Madaleno da Costa*  
Conselheira Relatora

*Benedito Oscar Fernandes de Campos*  
Presidente do Conselho

*Rober Caio Martins Ribeiro*  
Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 20 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0022/2018

Conselheiro Relator: *Dauto Barbosa Castro Passare*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.110.312/2016-1 de 21/10/2016

Auto de Infração de Transporte nº 51747 - SEMOB

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSO FISCAIS. PROCESSO ADMINISTRATIVO. RECURSO VOLUNTÁRIO. INTEMPESTIVIDADE VERIFICADA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. O artigo 13 da Lei Municipal nº 5.766 de 20 de dezembro de 2013 é taxativo ao dispor que “ Da decisão prolatada pela autoridade de transporte que reconhecer o cometimento da infração, com aplicação da penalidade de multa, caberá recurso com efeito suspensivo ao Conselho de Recursos Fiscais do Município, no prazo de 30 dias , a contar da data de recebimento da decisão.”. 2. No presente caso , a recorrente foi devidamente intimada da decisão de 1ª Instância em data de 10.10.2017, conforme faz prova notificação constante dos autos. 3. Sendo que a recorrente interpôs o presente recurso somente em data de 13.11.2017, isto é, 04 dias após o término de seu prazo. 4. Assim, intempestivo o recurso administrativo interposto pela recorrente, devendo ser considerado como não apresentado. 5. Desta forma, tendo o recurso interposto 04 dias após o término do prazo, forçoso reconhecer a intempestividade. 6. Recurso não conhecido. 7. Auto de infração. Decisão de primeira instância ratificada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Marli de Paula Vilella, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Helenise Aparecida L de Souza Ferreira; 4. Carlos Roberto de C. Montenegro; 5. Péricles Baicere Schmidt e 6. Marli de Paula Vilella.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 22 de fevereiro de 2.018

*Marli de Paula Vilella*

Presidente da Turma

*Dauto Barbosa Castro Passare*

Conselheiro Relator

*Helenise Aparecida L de Souza Ferreira*

Presidente em exercício  
Conselho de Recursos Fiscais

*Rober Caio Martins Ribeiro*

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 20 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0023/2018

Conselheiro Relator: *Dauto Barbosa Castro Passare*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.111.269/2016-1 de 25/10/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50789 - SEMOB

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSO FISCAIS. PROCESSO ADMINISTRATIVO. RECURSO VOLUNTÁRIO. INTIMPESTIVIDADE VERIFICADA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. O artigo 13 da Lei Municipal nº 5.766 de 20 de dezembro de 2013 é taxativo ao dispor que “ Da decisão prolatada pela autoridade de transporte que reconhecer o cometimento da infração, com aplicação da penalidade de multa, caberá recurso com efeito suspensivo ao Conselho de Recursos Fiscais do Município, no prazo de 30 dias , a contar da data de recebimento da decisão.” . 2. No presente caso, a recorrente foi devidamente intimada da decisão de 1ª Instância em data de 10.10.2017, conforme faz prova notificação constante dos autos. 3. Sendo que a recorrente interpôs o presente recurso somente em data de 13.11.2017, isto é, 04 dias após o término de seu prazo. 4. Assim, intempestivo o recurso administrativo interposto pela recorrente, devendo ser considerado como não apresentado. 5. Desta forma, tendo o recurso interposto 04 dias após o término do prazo, forçoso reconhecer a intempestividade. 6. Recurso não conhecido. 7. Auto de infração. Decisão de primeira instância ratificada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Marli de Paula Vilella, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Helenise Aparecida L de Souza Ferreira; 4. Carlos Roberto de C. Montenegro; 5. Péricles Baicere Schmidt e 6. Marli de Paula Vilella.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 22 de fevereiro de 2.018

*Marli de Paula Vilella*

Presidente da Turma

*Dauto Barbosa Castro Passare*

Conselheiro Relator

*Helenise Aparecida L de Souza Ferreira*

Presidente em exercício  
Conselho de Recursos Fiscais

*Rober Caio Martins Ribeiro*

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 20 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0024/2018

Conselheiro Relator: *Dauto Barbosa Castro Passare*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.110.310/2016-1 de 21/10/2016

Auto de Infração de Transporte nº 51748 - SEMOB

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSO FISCAIS. PROCESSO ADMINISTRATIVO. RECURSO VOLUNTÁRIO. INTIMPESTIVIDADE VERIFICADA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. O artigo 13 da Lei Municipal nº 5.766 de 20 de dezembro de 2013 é taxativo ao dispor que “ Da decisão prolatada pela autoridade de transporte que reconhecer o cometimento da infração, com aplicação da penalidade de multa, caberá recurso com efeito suspensivo ao Conselho de Recursos Fiscais do Município, no prazo de 30 dias , a contar da data de recebimento da decisão.” . 2. No presente caso, a recorrente foi devidamente intimada da decisão de 1ª Instância em data de 10.10.2017, conforme faz prova notificação constante dos autos. 3. Sendo que a recorrente interpôs o presente recurso somente em data de 13.11.2017, isto é, 04 dias após o término de seu prazo. 4. Assim, intempestivo o recurso administrativo interposto pela recorrente, devendo ser considerado como não apresentado. 5. Desta forma, tendo o recurso interposto 04 dias após o término do prazo, forçoso reconhecer a intempestividade. 6. Recurso não conhecido. 7. Auto de infração. Decisão de primeira instância ratificada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Marli de Paula Vilella, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Helenise Aparecida L de Souza Ferreira; 4. Carlos Roberto de C. Montenegro; 5. Pércles Baicere Schimdt e 6. Marli de Paula Vilella.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 22 de fevereiro de 2.018

*Marli de Paula Vilella*

Presidente da Turma

*Dauto Barbosa Castro Passare*

Conselheiro Relator

*Helenise Aparecida L de Souza Ferreira*

Presidente em exercício  
Conselho de Recursos Fiscais

*Rober Caio Martins Ribeiro*

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 20 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0025/2018

Conselheiro Relator: *Dauto Barbosa Castro Passare*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.110.302/2016-1 de 21/10/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50776 - SEMOB

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSO FISCAIS. PROCESSO ADMINISTRATIVO. RECURSO VOLUNTÁRIO. INTIMPESTIVIDADE VERIFICADA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. O artigo 13 da Lei Municipal nº 5.766 de 20 de dezembro de 2013 é taxativo ao dispor que “ Da decisão prolatada pela autoridade de transporte que reconhecer o cometimento da infração, com aplicação da penalidade de multa, caberá recurso com efeito suspensivo ao Conselho de Recursos Fiscais do Município, no prazo de 30 dias , a contar da data de recebimento da decisão.” . 2. No presente caso, a recorrente foi devidamente intimada da decisão de 1ª Instância em data de 10.10.2017, conforme faz prova notificação constante dos autos. 3. Sendo que a recorrente interpôs o presente recurso somente em data de 13.11.2017, isto é, 04 dias após o término de seu prazo. 4. Assim, intempestivo o recurso administrativo interposto pela recorrente, devendo ser considerado como não apresentado. 5. Desta forma, tendo o recurso interposto 04 dias após o término do prazo, forçoso reconhecer a intempestividade. 6. Recurso não conhecido. 7. Auto de infração. Decisão de primeira instância ratificada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Marli de Paula Vilella, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Helenise Aparecida L de Souza Ferreira; 4. Carlos Roberto de C. Montenegro; 5. Péricles Baicere Schmidt e 6. Marli de Paula Vilella.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 22 de fevereiro de 2.018

*Marli de Paula Vilella*

Presidente da Turma

*Dauto Barbosa Castro Passare*

Conselheiro Relator

*Helenise Aparecida L. de Souza Ferreira*

Presidente em exercício  
Conselho de Recursos Fiscais

*Rober Caio Martins Ribeiro*

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 21 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0026/2018

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.110.288/2016-1 de 21/10/2016

Auto de Infração nº 51749 - SEMOB

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhido com as cominações legais.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior ; 3. João Tito S Cademartori Neto e 4. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 22 de fevereiro de 2.018

*Luiz Mário Massad G da Silva*

Presidente da Turma

*Elías Correia Pedrozo*

Conselheiro Relator

*Benedito Oscar Fernandes de Campos*

Presidente do Conselho

*Rober Caio Martins Ribeiro*

Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 21 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0027/2018

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.110.274/2016-1 de 21/10/2016

Auto de Infração nº 51750 - SEMOB

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhido com as cominações legais.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 3. João Tito S Cademartori Neto e 4. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 22 de fevereiro de 2.018

*Luiz Mário Massad G da Silva*  
Presidente da Turma

*Elías Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Benedito Oscar Fernandes de Campos*  
Presidente do Conselho

*Rober Caio Martins Ribeiro*  
Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 21 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0028/2018

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.110.273/2016-1 de 21/10/2016

Auto de Infração nº 51742 - SEMOB

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhido com as cominações legais.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior ; 3. João Tito S Cademartori Neto e 4. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 22 de fevereiro de 2.018

*Luiz Mário Massad G da Silva*  
Presidente da Turma

*Elías Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Benedito Oscar Fernandes de Campos*  
Presidente do Conselho

*Rober Caio Martins Ribeiro*  
Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 21 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0029/2018

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.110.271/2016-1 de 21/10/2016

Auto de Infração nº 51743 - SEMOB

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhido com as cominações legais.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior ; 3. João Tito S Cademartori Neto e 4. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 22 de fevereiro de 2.018

*Luiz Mário Massad G da Silva*  
Presidente da Turma

*Elías Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Benedito Oscar Fernandes de Campos*  
Presidente do Conselho

*Rober Caio Martins Ribeiro*  
Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 26 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0030/2018

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.080.344/2016-1 de 27/07/2016

Auto de Infração nº 50761 - SEMOB

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhido com as cominações legais.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. . Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Onofre Russo Filho.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 27 de fevereiro de 2.018

*Luiz Mário Massad G da Silva*  
Presidente da Turma

*Elías Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Rober Caio Martins Ribeiro*  
Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 26 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0031/2018

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.080.212/2016-1 de 27/07/2016

Auto de Infração nº 50759 - SEMOB

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhido com as cominações legais.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. . Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Onofre Russo Filho.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 27 de fevereiro de 2.018

*Luiz Mário Massad G da Silva*  
Presidente da Turma

*Elías Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Rober Caio Martins Ribeiro*  
Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 26 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0032/2018

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.080.403/2016-1 de 27/07/2016

Auto de Infração nº 63585 - SEMOB

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhido com as cominações legais.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. . Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Onofre Russo Filho.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 27 de fevereiro de 2.018

*Luiz Mário Massad G da Silva*  
Presidente da Turma

*Elías Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Rober Caio Martins Ribeiro*  
Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 26 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0033/2018

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.080.345/2016-1 de 27/07/2016

Auto de Infração nº 50513 - SEMOB

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhido com as cominações legais.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Onofre Russo Filho.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 27 de fevereiro de 2.018

*Luiz Mário Massad G da Silva*  
Presidente da Turma

*Elías Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Rober Caio Martins Ribeiro*  
Representante Fiscal do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS FEVEREIRO/2018**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 26 de fevereiro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0034/2018

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.080.340/2016-1 de 27/07/2016

Auto de Infração nº 50624 - SEMOB

**EMENTA**

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhido com as cominações legais.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator e manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Benedita Madaleno da Costa; 3. Reginaldo Conceição Amorim e 4. Onofre Russo Filho.

O conselheiro Jaime Marcelino Ferreira Júnior apresentou voto divergente e o conselheiro João Tito S Cademartori Neto o acompanhou.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 27 de fevereiro de 2.018

*Luiz Mário Massad G da Silva*  
Presidente da Turma

*Elías Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Rober Caio Martins Ribeiro*  
Representante Fiscal do Município